

BALANÇO SOCIAL 2018



Hospital San Julian



PROF. DR. AFFONSO ANTONIUK
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN,
AMIGOS E COLABORADORES -
HOSPITAL SAN JULIAN

Ainda estudante, Prof. Dr Affonso Antoniuk pensava em construir um hospital psiquiátrico que atendesse os mais necessitados. E foi assim que com alguns colegas médicos e profissionais de outras áreas, que escolheu o local onde hoje se situa o Hospital San Julian na cidade de Piraquara. Iniciamos os trabalhos em 1968, há 50 anos, passamos por várias turbulências e dificuldades financeiras, pois somente atendemos pacientes do SUS e aporte de doações.

Começamos com 20 leitos, hoje colocamos a disposição da sociedade 400 leitos, masculinos, sendo 60 leitos para adolescentes. O staff do hospital é aproximadamente 200 funcionários, todas as atividades estão contempladas com profissionais capacitados. Oferecemos residência para formação de médicos psiquiátricos, que é oficial do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, mantendo convênio com várias Universidades.

Em todas as avaliações feitas pelos órgãos oficiais da Saúde e Ministério Público, sempre foi bem avaliada. O atendimento é para pacientes com transtornos mentais, depressão grave e usuários de todas as drogas. Nosso tratamento é integrado com as diretrizes da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e Ministério da Saúde com as quais temos próximo, direto e bom entendimento. O Hospital San Julian, já atendeu mais de duzentos mil pacientes no seu histórico. Tem credibilidade no âmbito médico hospitalar brasileiro, bem como na sociedade brasileira.

Fundado em 1.968, 50 anos de existência, 50 anos de muitas batalhas para permanecermos de portas abertas. Hoje podemos dizer que somos vencedores, pois uma instituição que é referencia em nosso Estado, que tem 100% de sua receita proveniente do SUS – Sistema Único de Saúde, só pode ser por competência, merecimento e principalmente por Deus. Possuímos uma estrutura física moderna e adequada, seguimos todas as diretrizes e portarias do Ministério da Saúde e demais órgãos federais, estaduais e municipais

Temos uma equipe multiprofissional altamente qualificada, atualizada, dedicada e comprometida, fato este que nos eleva a ser referencia em nosso estado. Abrimos o Hospital a universidades, faculdades e escolas técnicas para campos de estágios, ou seja, estamos caminhando para tornarmos um Hospital-Escola. Iniciamos o Programa de Residência Médica, o qual já se destaca dentre os melhores, se não o melhor. Sabemos, infelizmente, que muitos hospitais fecharam suas portas. Porém, o nosso diferencial se deu por acreditarmos que era possível permanecer, e enquanto muitos hospitais se preparavam para o fechamento, nós fomos à contra mão, investindo, modernizando, qualificando e principalmente acreditando, e é por isso que estamos aqui, e vocês podem ver o que é a nossa Instituição.

Podemos garantir a todos que não queremos ser o maior, mas com certeza absoluta, queremos ser o melhor!



SANDRO LEÃO SÁVIO
DIRETOR ADMINISTRATIVO DA ASSOCIAÇÃO
SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES
HOSPITAL SAN JULIAN

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Associados da
ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN, AMIGOS E COLABORADORES
Piraquara – PR – Brasil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação San Julian, Amigos e Colaboradores que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação San Julian, Amigos e Colaboradores em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Não identificamos nenhum assunto que consideramos de matéria relevante para menção em nosso relatório de auditoria.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 24 de abril de 2019.

VBR – VALUCONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CVM - PR 12.475 - CRC - PR 008.722/O-5

Wesley Montechiari Figueira

Sócio - CRC- PR 038.884/O-7 - CNAI 1.222

Ativo	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		3.939.501	3.107.051
Caixas e Equivalentes de Caixa	4	1.009.324	654.172
Contas a Receber	5	2.588.759	1.474.733
Estoques	6	249.012	240.313
Impostos a Recuperar	-	1.498	1.498
Despesas Antecipadas	7	15.131	8.588
Outros Créditos	8	75.777	727.747
Não Circulante		733.293	650.276
Investimentos	9	9.351	7.162
Imobilizado	10	701.128	625.386
Intangível	11	22.814	17.728
Total do Ativo		4.672.794	3.757.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e Patrimônio Social	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Circulante		1.853.119	1.706.570
Contas a Pagar	12	707.879	565.992
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	1.085.300	1.074.761
Obrigações Tributárias	14	35.540	37.940
Outras Contas a Pagar	15	24.400	27.877
Patrimônio Social	16	2.819.675	2.050.757
Superávit Acumulado		2.818.475	2.049.557
Jóia Patrimonial		1.200	1.200
Total do Passivo e Patrimônio Social		4.672.794	3.757.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Receita operacional líquida	17	17.098.733	12.671.916
Custos totais	18	(15.178.663)	(12.223.500)
Lucro bruto		1.920.070	448.416
Despesas operacionais	19	(1.229.960)	(1.031.671)
Despesas Tributárias		(7.867)	(2.388)
Despesas Gerais		(1.222.093)	(1.029.283)
Outras receitas e despesas operacionais	20	53.773	13.464
Outras Receitas		85.221	26.136
Outras Despesas		(31.448)	(12.672)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		743.883	(569.791)
Resultado financeiro	21	32.119	86.150
Receitas Financeiras		49.129	105.714
Despesas Financeiras		(17.010)	(19.564)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		776.002	(483.641)
Superávit (Déficit) do exercício		776.002	(483.641)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Superavit acumulado	Jóia Patrimonial	Superavit / (Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.527.868	1.200	-	2.529.068
Déficit do exercício	-	-	(483.641)	(483.641)
Transferência para superavit acumulado	(483.641)	-	483.641	-
Ajuste de exercícios anteriores	5.330	-	-	5.330
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.049.557	1.200	-	2.050.757
Superavit do exercício	-	-	776.002	776.002
Transferência para superavit acumulado	776.002	-	(776.002)	-
Ajuste de exercícios anteriores	(7.084)	-	-	(7.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.818.475	1.200	-	2.819.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	776.002	(483.641)
Ajustes		
Depreciação e amortização	122.390	91.978
Ajuste de exercícios anteriores	(7.083)	5.330
Superávit ou déficit do exercício ajustado	891.309	(386.333)
Variações nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	-	(1.498)
Despesas antecipadas	(6.543)	979
Contas a Receber	(1.114.026)	7.707
Estoques	(8.699)	(34.303)
Outras contas a receber	651.970	(666.553)
Contas a pagar	141.886	135.528
Obrigações sociais e tributárias	8.139	151.028
Outras contas a pagar	(3.477)	8.980
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	560.559	(784.465)
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(227.220)	(143.802)
Investimentos	(2.190)	(1.634)
Custo na baixa de imobilizado	24.003	10.631
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(205.407)	(134.805)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	355.152	(919.270)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	654.172	1.573.442
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.009.324	654.172
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	355.152	(919.270)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação San Julian, Amigos e Colaboradores, Entidade constituída sob a forma de Entidade Privada, inscrita no CNPJ nº 07.070.735/0001-30, com sede na cidade de Piraquara, Paraná. A Entidade possui os seguintes objetos sociais:

- I - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências;
- II - Serviços de assistência social sem alojamento;
- III - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente;
- IV - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais;
- V - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas;
- VI - Atividades de associações de defesa de direitos sociais;
- VII - Atividades associativas não especificadas anteriormente.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.12.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRS's não está disponível no Brasil.

2.1.1 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2018

I - CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”: Esse pronunciamento aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

O CPC 48 (que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil) foi emitido em dezembro de 2016 e será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado.

O CPC 48 também substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas

II - CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contrato com Clientes”: O IFRS 15, emitido pelo IASB em maio de 2014, requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa de recebimento pela Sociedade em troca desses bens ou serviços. O CPC 47, o qual foi emitido em dezembro de 2016. Esta norma substituirá o CPC 30 (IAS 18) e o CPC 17 (IAS11) bem como as interpretações relacionadas (Interpretação A e B – anexos do CPC 30, e ICPC 02 e 11). O pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 utiliza como método para o reconhecimento da receita uma abordagem de cinco etapas, que procura não somente identificar os contratos com clientes, mas também suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Por fim, a abordagem determina que uma entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.

A administração ainda está avaliando os impactos de eventuais mudanças mencionadas e eventuais diferenças nos saldos contábeis pela adoção das novas normas de modo que sejam reconhecidos, se aplicável, no exercício social posterior a estas demonstrações contábeis, afetando diretamente o patrimônio líquido da Sociedade. Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:

III - CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”: A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O IFRS 16 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Administração da Sociedade ainda não avaliou detalhadamente as novas normas, mas não espera impactos significativos, exceto pela IFRS 15.

ii) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro).

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A Administração avaliou os impactos da nova norma e concluiu não haver quaisquer impactos em suas demonstrações financeiras após o início de sua vigência em 1º de janeiro de 2019.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos na demonstração contábil da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança.

2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1. CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Entidade são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos Financeiros

São mensurados ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Entidade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possuía Caixa e Equivalentes de Caixa nessa classificação, conforme nota explicativa nº 4.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em “resultado financeiro”.

c) Ativos Mantidos até o Vencimento

São ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos reconhecidos na demonstração do resultado em "resultado financeiro", usando o método da taxa de juros efetiva.

d) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possuía Contas a receber nessa classificação, conforme nota explicativa nº 5.

e) Passivos Financeiros não Derivativos

A Entidade não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possuía fornecedores e outras contas a pagar nessa classificação, conforme nota explicativa nº 12 e 15.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

f) Valor Justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. Caso existam ativos financeiros contabilizados a valor justo para os quais não exista um mercado ativo ou cotação pública, a Entidade estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, tais como a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

2.4.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os demais ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seus "Resultados Financeiros Líquidos" no período em que ocorrem.

2.4.3. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4. IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Entidade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Entidade avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. Os critérios que a Entidade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de impairment, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Entidade pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. INVESTIMENTOS

Eventuais investimentos da Entidade em coligadas e controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R2 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis da Controladora. A Entidade não possuía saldos de investimentos nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

O imobilizado compreende principalmente terrenos, instalações, veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e está apresentada na nota explicativa nº 10.

Os ganhos e as perdas de alienações, quando ocorrerem são determinados pela comparação dos resultados como o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Despesas Operacionais", na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

<u>Grupo de Ativos</u>	<u>Anos</u>
Móveis e Utensílios	05 a 10
Máquinas e Equipamentos	05 a 25
Ferramentas	05
Computadores e Impressoras	02
Instalações	10 a 25
Veículos	05

2.7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a softwares adquiridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida conforme pode ser observado na nota explicativa nº 11.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Os valores residuais e a vida útil dos ativos finitos não são revisados e ajustados ao final de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.8. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins do teste do valor recuperável, os ativos são analisados em relação à UGC ao qual ele está relacionado. Eventuais ativos que tenham vida útil indefinida, como por exemplo o ágio, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente apenas para a verificação de impairment.

2.9. FORNECEDORES

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11. RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Entidade reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade, conforme descrição a seguir:

a) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

a) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis;

Passivos contingentes - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que: (i) a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Entidade, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Entidade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

O programa de gestão de risco global da Entidade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade. A gestão de risco é realizada pela Administração da Entidade, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota explicativa.

3.3. RISCO DE MERCADO

a) Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Os valores mantidos junto em aplicações financeiras são diariamente monitorados em relação à sua possibilidade de redução significativa de valor, visando sempre a alocação e a segurança financeira de modo que a Entidade não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Entidade pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais de curto e médio prazo. Se necessário, mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Entidade não tenha risco de liquidez.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é aplicado. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem a valores em Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de curtíssimo prazo, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus. Apresentam a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Caixas	1.537	3.907
Banco conta movimento	5.087	12.741
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.002.700	637.524
Total	1.009.324	654.172

5. CONTAS A RECEBER

A composição de contas a receber está demonstrada a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Outras contas a receber	1.123	1.000
Convênio SUS/ SESA a receber (i)	2.587.636	1.473.733
Total	2.588.759	1.474.733

(i) A Entidade mantém sua operação exclusivamente a rede pública através do SUS/SESA, que são os órgãos que realizam o repasse dos valores sobre os atendimentos por ela realizados. As compensações destes repasses são realizados em até trinta dias após a apuração dos atendimentos realizados e desta forma não são realizados adiantamentos.

6. ESTOQUE

A composição do estoque está demonstrada a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Estoque doação (i)	21.581	31.806
Estoque para consumo (ii)	104.810	81.596
Estoque med. e materiais hospitalares (iii)	122.621	126.911
Total	249.012	240.313

(i) Estoque de doação consiste em alimentos e bens para consumo, como é o caso de roupas ou itens de cama, mesa e banho, sendo que somente são reconhecidos no estoque aqueles itens que chegam com NF onde é possível realizar o reconhecimento do custo destes itens, permitindo também a baixa destes do sistema conforme acontece o seu consumo.

(ii) Estoque para consumo consiste em alimentos e bens para consumo que são adquiridos pela própria Entidade, sendo que somente são realizadas compras mediante NF para o reconhecimento de seu custo e posteriormente sua baixa conforme acontece o seu consumo.

(iii) Estoque de medicamentos e materiais hospitalares consistem em medicamentos e materiais necessários de uso hospitalar para a realização do tratamento imposto a cada paciente ou demais procedimentos médicos que se façam necessários, sendo que as compras destes itens somente são realizadas mediante NF para o reconhecimento de seu custo e posteriormente sua baixa conforme acontece o seu consumo.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

A composição de despesas antecipadas compreende em prêmios de seguros veiculares e patrimoniais que a Entidade mantém para garantir a continuidade de sua operação em caso de algum sinistro. Os valores de seguros a apropriar consistem em R\$ 15.131 e 8.588 para dezembro de 2018 e 2017 respectivamente.

8. OUTROS CRÉDITOS

A composição de outros créditos está demonstrada a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamento a funcionários	44.214	61.479
Adiantamento fornecedores diversos	31.563	14.000
Obra Administradora de Bens SJ (i)	-	652.268
Total	75.777	727.747

(i) Este valor referia-se a uma obra de ampliação das instalações do hospital, onde foi criada uma ala que está sendo destinada aos adolescentes internados. A Entidade vinha administrando esta obra com a compra de materiais e o pagamento de mão de obra, e mensalmente parte do valor era abatido pelo aluguel que a mesma paga a Administradora de Bens SJ, dona e locadora do imóvel onde o hospital está instalado.

9. INVESTIMENTOS

A composição de investimentos está demonstrada a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Quotas de capital Banco Sicredi	2.615	2.163
Quotas de capital Banco Greencred	6.736	4.999
Total	9.351	7.162

10. IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

			31.12.2018	31.12.2017
	Taxa Anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e Utensílios	10% a 20%	299.801	(175.936)	123.865
Máquinas e Equipamentos	4% a 20%	441.035	(125.112)	315.923
Ferramentas	20%	12.092	(5.335)	6.757
Computadores e Periféricos	50%	149.251	(82.117)	67.134
Instalações	4% a 10%	370.752	(297.998)	72.754
Veículos	20%	132.340	(17.645)	114.695
Total		1.405.271	(704.143)	701.128

b) Movimentação do imobilizado

	31.12.2017	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2018
Custo	1.237.885	216.021	(48.635)	-	1.405.271
Móveis e Utensílios	296.538	11.114	(7.851)	-	299.801
Máquinas e Equipamentos	412.071	59.581	(30.617)	-	441.035
Ferramentas	12.768	1.393	(2.069)	-	12.092
Computadores e Periféricos	143.342	11.593	(5.684)	-	149.251
Instalações	373.166	-	(2.414)	-	370.752
Veículos	-	132.340	-	-	132.340
Depreciação	(612.499)	(116.276)	24.632	-	(704.143)
(-) Móveis e Utensílios	(154.224)	(26.844)	5.132	-	(175.936)
(-) Máquinas e Equipamentos	(104.580)	(33.729)	13.197	-	(125.112)
(-) Ferramentas	(4.748)	(1.187)	600	-	(5.335)
(-) Computadores e Periféricos	(61.686)	(25.152)	4.721	-	(82.117)
(-) Instalações	(287.261)	(11.719)	982	-	(297.998)
(-) Veículos	-	(17.645)	-	-	(17.645)
Saldo líquido	625.386	99.745	(24.003)	-	701.128

11. INTANGÍVEL

a) Abertura do intangível

			31.12.2018	31.12.2017
	Taxa Anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Software	20%	38.505	(15.691)	22.814
Total		38.505	(15.691)	22.814

b) Movimentação do intangível

	31.12.2017	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2018
Custo	27.305	11.200	-	-	38.505
Software	27.305	11.200	-	-	38.505
Depreciação	(9.577)	(6.114)	-	-	(15.691)
(-) Software	(9.577)	(6.114)	-	-	(15.691)
Saldo líquido	17.728	5.086	-	-	22.814

12. CONTAS A PAGAR

A composição de contas a pagar está composta principalmente pelas faturas de luz, água, telefone e internet, assessoria jurídica, assessoria contábil e demais fornecedores de alimentos e itens de consumo que realizam vendas com vencimentos geralmente para trinta dias. O saldo de contas a pagar está composto pelo valor de R\$ 707.879 e R\$ 565.992 em dezembro de 2018 e 2017 respectivamente.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Compreende a composição das obrigações sociais e trabalhistas os impostos, tributos e encargos sociais pertinentes à folha de pagamento, conforme apresentada a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Sálarios a pagar	335.309	340.702
Encargos sociais	147.651	146.238
Provisão de férias e 13º salário	602.340	587.821
Total	1.085.300	1.074.761

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Compreende a composição das obrigações tributárias os impostos, tributos e encargos retidos na fonte, conforme apresentada a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
ISS a recolher	53	557
PIS a recolher	7.105	6.431
COFINS a recolher	594	8.287
IRRF a recolher	19.055	16.398
PIS/COFINS/CSLL a recolher	8.733	6.267
Total	35.540	37.940

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição de outras contas a pagar está demonstrada a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Cheques a compensar	181	5.576
Pensão alimentícia a pagar	1.462	1.307
Cantina	9.102	7.540
Farmácia	12.279	12.046
Assistência odontológica	1.376	1.408
Total	24.400	27.877

16. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade, em 31 de dezembro de 2018, baseado na 4ª alteração do estatuto que nos traz a informação de que o patrimônio pode ser aumentado por todos os títulos de aquisição ou posse, na forma da legislação civil, se encontra em um total de R\$ 2.819.675 e está composto conforme a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Superávit acumulado	2.049.557	2.527.868
Jóia patrimonial	1.200	1.200
Ajuste de Exercícios Anteriores	(7.084)	5.330
Superávit (Déficit) do exercício (i)	776.002	(483.641)
Total	2.819.675	2.050.757

(i) A Associação vinha tendo resultados negativos até o ano de 2017 devido a reajustes em suas principais despesas e o baixo reajuste na tabela de repasse do SUS pelos serviços prestados pela Entidade, já para o exercício atual houve o aumento na receita graças a ampliação de sua área de atendimento, resultando em superávit novamente.

17. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	31.12.2018	31.12.2017
Doações	1.269.435	1.321.823
Doações governamentais	-	33.692
Doações não governamentais de pessoas jurídicas	7.018	34.402
Doações não governamentais de pessoas físicas	13.708	43.510
Incentivo 100% SUS	1.210.219	1.210.219
TJPR FUNJUS	38.490	-
Contribuições	4.350	4.720
Contribuições associados	4.350	4.720
Venda de bens e serviços	15.824.948	11.345.373
Venda de serviços	15.814.922	11.338.617
Cursos	10.026	6.756
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17.098.733	12.671.916

18. CUSTOS TOTAIS

Os custos de serviços prestados são referentes aos gastos com honorários profissionais, despesas com folha de pagamento de todos os funcionários que prestam serviços com vínculo empregatício a Entidade e demais despesas gerais que são essenciais para o pleno funcionamento do objeto da Entidade que é a prestação de serviços médicos, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Pessoal sem vínculo empregatício	2.404.507	1.852.634
Pessoal com vínculo empregatício	8.273.367	6.857.184
Refeitório	610.674	584.955
Energia elétrica	274.482	228.687
Material de higiene e limpeza	192.239	140.551
Manutenção e reparos nas instalações	420.770	228.476
Material de uso e consumo	149.544	151.159
Locação de imóvel	1.920.000	1.440.000
Medicamentos	305.932	278.196
Segurança	198.802	194.356
Gerais	428.346	267.302
Total	15.178.663	12.223.500

19. DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais são compostas pelas despesas com tributos em que a Entidade não está isenta e demais despesas gerais que estão envolvidas no funcionamento da Entidade porem não são essenciais a prestação do serviço. Estas duas classificações de despesas apresentam a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Despesas tributárias	7.867	2.388
Despesas gerais	1.222.093	1.029.283
Total	1.229.960	1.031.671

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais apresenta a seguinte composição:

	31.12.2018	31.12.2017
Outras Receitas	85.221	26.136
Outras Receitas	72.240	14.136
Receita de Aluguel	12.974	12.000
Recuperação de Despesas	7	-
Outras Despesas:	(31.448)	(12.672)
(-) COFINS sobre aluguel	(987)	(912)
Perdas de capital	(30.461)	(11.760)
Saldo Líquido	53.773	13.464



HospitalSanJulian

in



INICIATIVA DA
ASSOCIAÇÃO SAN JULIAN
AMIGOS E COLABORADORES



(41) 98805-3559

TELEFONE: (41) 3673-8350

WWW.SANJULIAN.ORG.BR



EDITORIAL

Textos: Ana Paula Gonçalves
 Contribuição de textos: Acervo HSJ.
 Revisão: Ana Paula Gonçalves
 e Sandro Leão Sávio
 Design, projeto gráfico e diagramação:
 Maria de Fátima Marinho de Jesus
 Fotos: Acervo HSJ.
 Site: sanjulian.org.br/transparencia
 Email: contato@samjulian.org.br